

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO

Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-SA – 11/04/2024 – 09h30

Teatro Nair Bello – Limeira/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABES-SP	Ricardo Tierno (S)
AEJ	Ulisses Nicioli Junior (T)
ASSEMAE	Adriana Roberta Candido (S)
	André Felipe de Oliveira (S)
	Sabrina Rodrigues da Cruz (S)
	Sérgio Raimundo Grandin (S)
BRK Ambiental Limeira	Fábio Antonio Onjua (T)
CATI	Mona Lisie Pavan Ribeiro (S)
Cia. De Saneamento de Jundiaí	Angelo César Bosqueiro (T)
Clean Environment Brasil	José Augusto Aguiar (T)
DAE Americana	Fábio Fontana Rogério (S)
DAE Jundiaí	Júlio César Manguiera de Souza (T)
FT/UNICAMP	Vitor Angelo Arantes (S)
P.M. de Indaiatuba	Maria Aparecida Carvalho de Medeiros (T)
	André Luiz Garcia Salva (T)
P.M. de Itupeva	Willian Pontes Vergilio (S)
	Bruno Luiz Gambarotto (T)
P.M. de Limeira	João Paulo Vieira (S)
	Flavia Maise Pizani Peruzza (T)
P.M. de Louveira	Tiago Bacarin Custódio (S)
	Mateus Bento Batista Arantes (T)
	Alan del Rosso (S)
	André Gatti Filho (S)
P.M. de Várzea Paulista	Patrícia Regina Ferreira Calegari (S)
	Leticia Soares Antônio (T)
SAA	Rafael Tamberlini (S)
SAAE Atibaia	Angelo César Bosqueiro (T)
SABESP	Thais Martins (S)
	Diego Bianchi de Moraes (S)
	Esdras de Souza Messa (S)
	Sabrina Rodrigues da Cruz (T)
SANASA	Adriana Roberta Candido (S)
	André Felipe de Oliveira (S)
	Sérgio Raimundo Grandin (S)
	Sueli Keiko Higuchi Yoshinaga (T)
SANEBAVI	Sueli Keiko Higuchi Yoshinaga (T)
ÚNICAMP	Luana Mattos de Oliveira Cruz (T)

Membros ausentes com justificativa	
Entidade	
DAEE	
P.M. de Itatiba	

Membros ausentes	
Entidade	
AEAASV	
CETESB	
CIS	
DAAE – Rio Claro	
DAE Santa Bárbara d'Oeste	
IPEL	
P.M. de Jaguariúna	
P.M. de Piracicaba	
P.M. de Rio Claro	
PUC Campinas	
SAAE Salto	
SEMAE	
ÚNICA	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Aline Sebuske
	Diego dos Anjos
	Diogo Bernardo Pedrozo
	Kaique Barretto
	Livia Maria Modolo
	Mariane Rodrigues Amuy
	Rebeca Silva
Convidada	Vanessa Longato
	Karina Murata
DAE Americana	Douglas Santos
Exaqua	Daniel Manzi
Meio Ambiente	Jerusa Marcelino
	José Roberto
SAAE Atibaia	Aguinaldo Sousa

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos onze dias do mês de abril de 2024, realizou-se, nas dependências do Teatro Nair Bello, em Limeira/SP, a 120ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros, por meio de mensagem eletrônica, em 04 de abril de 2024. **2. Abertura da 120ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Mateus Bento Batista

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-SA – 11/04/2024 – 09h30 Teatro Nair Bello – Limeira/SP

Arantes, representante da Prefeitura Municipal de Louveira e coordenador da CT-SA, que agradeceu a presença de todos e informou a presença de quórum para o início da reunião. O Sr. Mateus deu as boas-vindas aos membros e convidados e agradeceu a todos pela presença. Também, agradeceu a P.M. de Limeira pela cessão do espaço para a reunião e deu prosseguimento aos itens de pauta. **3. Aprovação da minuta de ata da 119ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento, realizada em 22/02/24:** O Sr. Mateus informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica, junto da convocação, conforme prazo regimental, a minuta de ata da 119ª Reunião Ordinária, realizada em 22/02/24, por videoconferência. Questionou se haveria a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Em seguida, apresentou um pequeno resumo sobre os itens tratados na reunião e abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo, submeteu aos membros para votação, sendo aprovada por unanimidade a minuta de ata da 119ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento. **4. Combate a perdas de água nos sistemas de distribuição de água - Daniel Manzi (EXAQUA):** A seguir, o Sr. Mateus fez uma breve apresentação do palestrante, Sr. Daniel Manzi, que é Doutor em Engenharia Hidráulica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Hidráulica e Saneamento, pela Universidade Estadual de São Paulo (USP), professor da Escola de Engenharia de Piracicaba (EEP). Foi Engenheiro e Diretor de Operação e Manutenção do Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE) Piracicaba, Consultor Sênior para América Latina em projetos de controle de perdas na Itron Inc. e Coordenador de Fiscalização e de Regulação da Agência Reguladora de Saneamento (ARES-PCJ). Atualmente é responsável técnico pela EXAQUA em estudos, projetos e consultorias em Hidráulica e Saneamento no Brasil e no exterior. Em seguida, o Sr. Mateus passou a palavra ao Sr. Daniel, que agradeceu o convite, e complementou a apresentação feita pelo Sr. Mateus, comentando que já faz um pouco mais de 20 (vinte) anos que trabalha com perdas de água, e que já trabalhou tanto no setor público, como no privado. Apresentou os tópicos que abordaria e iniciou sua fala explicando que o assunto perdas não é

um tema novo, mas que vem sendo muito discutido atualmente, parte pela necessidade própria do setor e parte pelo movimento legal (principalmente pelo marco legal do saneamento básico - [Lei nº 14.026/2020](#)). Explicou o que são as perdas, enfatizando ser uma característica inerente do processo e do sistema, que pode ser maior ou menor, dependendo das características dos processos e dos sistemas utilizados e que nunca a perda será zero, pois todo processo tem uma perda. Nos sistemas de abastecimento de água, explanou que as perdas podem ser medidas de ponta a ponta, sendo, desta forma, calculada a perda total ou em partes do sistema (perda na distribuição, no faturamento, nos distritos de medição e controle (DMCs)), e se dividem em duas grandes parcelas: **i.** as perdas reais (volume de água efetivamente perdido, devido a ocorrência de vazamentos em ramais, redes, adutoras, reservatórios, bem como de extravasamentos em reservatórios) e **ii.** as perdas aparentes (volume de água consumido, mas não registrado, decorrente de erros de medição nos hidrômetros, fraudes, ligações clandestinas e falhas no cadastro comercial), variando em função do sistema utilizado. Apresentou alguns aspectos relevantes com relação as perdas reais (cadastro e setorização, pressão de operação, controle ativo de vazamentos, troca de redes e ramais, automação e telemetria) e listou os quatro eixos de ação para o controle de perdas reais: **i.** controle de pressão; **ii.** controle ativo de vazamentos; **iii.** rapidez e qualidade dos reparos e **iv.** gestão da infraestrutura. Em seguida, apresentou aspectos das perdas aparentes (substituição de hidrômetros, grandes consumidores, erros e vícios de leitura, fraudes, consumidores não hidrometrados, dimensionamento dos medidores, problemas de instalação e abastecimento intermitente) e listou os quatro eixos de ações para o controle das perdas aparentes: **i.** melhorias no sistema comercial; **ii.** combate às fraudes; **iii.** universalização e exatidão da micromedição e; **iv.** contabilização dos volumes medidos. Explanou sobre como avaliar as perdas, sendo normalmente utilizado o balanço hídrico. Citou as abordagens “Top-Down” e “Bottom-Up”, assim como alguns métodos e técnicas disponíveis para realização de balanços hídricos: “American Water Works Association – AWWA - Water Audit e Manual M36”; “Com+Água –



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-SA – 11/04/2024 – 09h30 Teatro Nair Bello – Limeira/SP

Brasil”; “IPerdas – Portugal”; “IWA – *International Water Association – LEAKSuite*” e “WBCalc - Banco Mundial”. Dando continuidade, explicou sobre balanço hídrico, abordou os desafios à sua realização, e falou sobre a importância de se documentar o processo utilizado para realização do balanço hídrico. A seguir, comentou sobre os indicadores do Sistema Nacional de Informações do Saneamento (SNIS) e sobre a fragilidade de se avaliar as perdas em porcentagem (%). Mostrou uma tabela contendo um conjunto de oito municípios com programas de sucesso (incluindo prestadoras de serviço estaduais, municipais e privadas) e comentou que a taxa de redução de perdas média destes casos de sucesso foi de aproximadamente 1% (um por cento) ao ano. Após, comentou sobre o Nível Econômico de Perdas (NEP), que é o ponto de equilíbrio, onde o custo da perda é maior ou igual ao custo do controle, sendo uma ferramenta para a tomada de decisões. Apresentou uma tabela “Volume x Custos”, avaliando-os em baixo, médio e alto, para diversas ações e mostrou a evolução das soluções para o controle de perdas ao longo dos anos. Concluindo sua palestra, apresentou algumas estratégias para redução de perdas em alguns campos de atuação: **i. para perdas reais:** controle ativo de vazamentos; histórico de vazamentos, por tipo, local e frequência (a cada 100 km de rede/ano ou a cada 1000 ligações/ano); controle de pressão; avaliação de transitórios hidráulicos; velocidade e qualidade dos reparos e monitoramento da vazão mínima noturna (VMN); **ii. para perdas aparentes:** macromedição; erros de leitura e manipulação de dados; comparação permanente entre volumes macro e micro medidos; determinação de erro médio do parque; fiscalização; grandes consumidores e usos não hidrometrados. E por fim, esclareceu alguns pontos do que não fazer: planejamento sem diagnóstico (Balanço Hídrico); possuir um plano de perdas “de gaveta”; acompanhar perdas em % (perdas são sempre uma vazão); desprezar a qualidade da macromedição; não investir em controle ativo e redução do tempo de reparo; trocar hidrômetros em massa; começar sem governança e governança sem engajamento. Agradeceu novamente o convite e passou a palavra para o Sr. Mateus. Encerradas as explicações, foi aberto um espaço para manifestações dos membros, que tiveram suas dúvidas respondidas Sr.

Daniel. Dentre os questionamentos, foi apontado em relação a principal estratégia a ser priorizada, ao que o Sr. Daniel comentou que a melhor resposta vem de um balanço hídrico, mas que pelo que tem visto, a prioridade para o controle de perdas reais seria o controle de pressão e em último caso, e como última estratégia a ser adotada, citou a troca de rede. Já para perdas aparentes, priorizou a troca de hidrômetros (primeiramente pelos grandes consumidores e após, manter um parque de hidrômetros adequado). Houve também manifestações com relação as dificuldades enfrentadas por alguns municípios, e com relação a elaboração do plano de perdas e planos de saneamento básico dos municípios. Não havendo outras manifestações, o Sr. Mateus agradeceu ao Sr. Daniel pela palestra ministrada e seguiu para o próximo item de pauta. **5. Contextualização e indicação de 2 representantes para compor o GT-Projetos PPPP FAPESP, criado no âmbito da CT-ID:** O Sr. Mateus passou a palavra a Sr. Rebeca Silva, da equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), que explicou que este tema seria, inicialmente, apresentado pelos coordenadores da Câmara Técnica de Integração de Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID), porém por conflitos de agenda, não puderam estar presentes na reunião e informou que o material que seria apresentado por eles, com o conteúdo dos dois projetos, foram enviados junto a convocação. Em seguida, apresentou um histórico contemplando desde a abertura do edital do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (PPPP-FAPESP) no início de 2023, passando pela criação do Grupo de Trabalho Edital - PPPP FAPESP, para elaboração de dois projetos, no âmbito da CT-ID, em maio/2023. Em junho/2023, o GT se reuniu duas vezes e após a elaboração dos projetos, ficou inativo até o resultado da chamada. Em dezembro/2023, foi divulgado os resultados, com a aprovação de ambos os projetos, em que se entendeu a necessidade de retomar a formação de um grupo de trabalho para dar andamento nos trabalhos. Em março/2024, durante a 109ª Reunião Ordinária da CT-ID, houve a formação do GT-Projetos PPPP FAPESP, grupo transitório sob coordenação do Sr. Tadeu Malheiros (EESC/USP) e relatoria do Sr. Orandi

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO

Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-SA – 11/04/2024 – 09h30

Teatro Nair Bello – Limeira/SP

Falsarella (PUC-Campinas). A Sra. Rebeca, explicou que devido a importância dos temas abordados, a CT-ID entendeu a importância da interação com outras CTs, nesse sentido, foi aberta a participação no GT a todas, durante reunião do Grupo de Trabalho de Integração de Ações das Câmaras Técnicas (GT-Integração), no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), porém, especificamente, pelos temas abordados, entendeu-se a necessidade de participação e indicação de 2 representantes (cada) das Câmaras Técnicas do Plano de Bacias (CT-PB), de Saneamento (CT-SA), e de Educação Ambiental (CT-EA). A seguir, apresentou resumidamente os dois projetos submetidos e aprovados, sendo: **i.** “Plataforma de monitoramento de Planos de Bacias: projeto piloto para acompanhamento do desempenho do Plano das Bacias PCJ para a redução da demanda hídrica da UGRHI-5”, que tem por objetivo aprimorar as práticas e metodologias do monitoramento, avaliação do impacto, inovação e revisão do Plano das Bacias PCJ, de forma a auxiliar no cumprimento de suas metas – com enfoque, neste momento, para aquelas que abordam a redução da demanda hídrica da UGRHI-5, como controle de perdas e educação ambiental; **ii.** “BACIAS HIDROGRÁFICAS INTELIGENTES: o uso de tecnologias inovadoras para o monitoramento da segurança hídrica das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PCJ no Estado de São Paulo”, com o objetivo de tornar as Bacias PCJ inteligentes (lógica das *smarts cities*), melhorando a eficiência da gestão dos recursos hídricos ao utilizar Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) inovadoras que auxiliem no monitoramento da segurança hídrica. Após a contextualização do tema, apresentou uma tabela com a formação do grupo e abriu espaço para que os representantes de membros interessados pudessem se manifestar. Foi definido que a CT-SA, indicará para participação no GT-Projetos PPPP FAPESP os seguintes representantes: Sra. Adriana Roberta Candido (ASSEMAE/SANASA) e Sr. Mateus Bento Batista Arantes (P.M. de Louveira). **6. Informes:** Na sequência, o Sr. Mateus passou para o item de informes. **6.1. da Coordenação:** O Sr. Mateus informou que a coordenação não tinha informes para esta reunião; **6.2. dos Grupos de Trabalho (GT-Perdas):** O Sr.

Mateus passou a palavra para a Sra. Patrícia Regina Ferreira Calegari, coordenadora-adjunta da CT-SA e representante da Prefeitura Municipal de Louveira, para trazer alguns repasses a respeito do Grupo de Trabalho de Ações de Combate a Perdas de Água (GT-Perdas). Explicou que o grupo foi criado em dezembro/2023, durante a 118ª Reunião Ordinária da CT-SA, e em março/2024 foi realizada a primeira reunião, em que foi discutido os objetivos e resultados esperados do grupo, e desta forma, elaborado um material de trabalho e calendário de reuniões. Definiu-se que o objetivo principal do GT, é criar uma normativa com conceitos de gestão de perdas e pré-requisitos para a captação de recursos financeiros e para a inclusão do tema na regulação, e, também garantir a eficiência na celebração de novos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). A Sra. Patrícia apresentou uma proposta de datas com as próximas reuniões e temas a serem discutidos, sendo: 22/04 – Boas Práticas: Apresentação de municípios estruturados e com experiências para compartilhar; 07/05 – Dificuldades: Apresentação de municípios que possuem dificuldades enfrentadas diariamente no tema de Perdas; 05/06 – Itemização: Consolidar as ações ou itens fundamentais para a estruturação e evolução do tema “Perdas” no município; 04/07 – Sequência: Definir uma sequência lógica dos itens para a melhor evolução e estruturação; 05/08 – Processo: Criar modelo de processo para o alcance da realização de cada item; 05/09 – Parâmetros Mínimos: Criar parâmetros mínimos para a adimplência no processo de captação de recursos financeiros e; 07/10 – Normativa: Minuta de uma normativa. A seguir, informou que para a reunião do dia 22/04, teriam a participação, já confirmada, do gerente de controle de perdas, Ivan de Carlos (SANASA) e da gerente de controle de perdas, Fernanda Calheiros (DAE Jundiaí). **6.3. dos Membros: a)** O Sr. Ricardo Tierno, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES-SP), convidou a todos os interessados a participar do 1º Congresso Internacional de Resíduos Sólidos, a ser realizado pela ABES nos dias 07 a 09 de maio de 2024, em formato híbrido, (as atividades presenciais ocorrerão na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) em São Paulo/SP). Não havendo outras manifestações, o Sr. Mateus deu

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO

Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-SA – 11/04/2024 – 09h30

Teatro Nair Bello – Limeira/SP

continuidade para os informes da Coordenação de Projetos da Agência das Bacias PCJ; **6.4. da Agência das Bacias PCJ (Coordenação de Projetos):** O Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Agência das Bacias PCJ, informou sobre a Reti-ratificação da [Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23](#), que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos e captação de recursos. Em seguida, contextualizou a motivação desta alteração, explicando que a deliberação trazia algumas limitações do que poderia ser financiado e o valor dos empreendimentos a serem financiáveis. Diante da realidade identificada nas Bacias PCJ, os recursos arrecadados pela Cobrança Paulista e pela Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH), teve um bom rendimento em conta, além de saldos de devolução, encerramento e cancelamentos de contrato e levou a algo próximo de 50 (cinquenta) milhões de reais para serem investidos no ano de 2024. Desta forma, foi necessário adequar o planejamento da Agência das Bacias PCJ para o investimento e adequar as regras de investimento da referida deliberação. Explicou que foram feitos os ajustes diante da aprovação do Plano de Aplicação da Cobrança Paulista, para criar os incentivos para captação de recursos. Seguiu comentando, que no final de 2023 houve uma primeira alteração, possibilitando a captação de recursos para obras e serviços dentro das Bacias PCJ e agora, na Reti-Ratificação, foi alterada a contrapartida mínima, baseada na regra do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), onde houve aumento do valor máximo de repasses para obras, e a possibilidade de contratar projeto e obra em conjunto. Em seguida, informou aos presentes os novos percentuais de Contrapartida e os Valores Máximos de Repasse, os quais podem ser consultados respectivamente no Anexo III (páginas 20-21) e Anexo II (página 18), da deliberação supracitada. Por fim, esclareceu que os valores dos projetos que ainda estão em processo de análise podem ser ajustados, porém, os projetos indicados, que já passaram pela fase de análise seguem a regra antiga. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Lívia Modolo, da equipe da Coordenação de Projetos da Agência das Bacias PCJ, que informou que houve, na

última reunião do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO), a aprovação do novo Manual de Procedimentos Operacionais (MPO FEHIDRO) e que assim que ele for publicado, será disparado via *e-mail* aos tomadores de recursos, pois altera algumas regras adotadas para seleção dos empreendimentos. Em seguida, o Sr. Mateus agradeceu ao Sr. Diogo e a Sra. Lívia, e reforçou aos membros para que submetessem seus projetos para análise, e que se precisassem de qualquer apoio, a Agência PCJ e a Coordenação de Projetos poderiam auxiliá-los; **6.5. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Rebeca Silva, deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Alteração dos representantes dos membros:** Informou que a SE/PCJ recebeu solicitações dos respectivos membros: **i. ABES-SP:** inclusão do Sr. Luiz Roberto Gravina Pladevall para representante suplente e remoção da Sra. Flaviane Rodrigues da Cunha; **ii. DAAE Rio Claro:** inclusão da Sra. Gabriela Marino para representante suplente e; **iii. SANASA:** desligamento do Sr. Paulo R.S. Tinel. Como tratam-se de alterações de entidades que já fazem parte da CT-SA, é passado aos membros como informe apenas para ciência; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da [Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21](#), que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2024. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o [portal](#) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporados a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-SA – 11/04/2024 – 09h30 Teatro Nair Bello – Limeira/SP

plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **c) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** Lembrou aos membros que é possível solicitar o custeio de despesas para participação em reuniões presenciais, conforme estabelecido pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17](#) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: **i.** membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); **ii.** Membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; **iii.** Coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **iv.** pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros) – em que se destaca que o registro de imagem da lista de presença da reunião é de responsabilidade do representante custeado. As diárias não serão concedidas se: **i.** as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; **ii.** o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; **iii.** em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; **iv.** membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; **v.** membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: <custeio@agencia.baciaspcj.org.br> ou (19) 3437-2100 (opção 2). As deliberações com as regras

específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no *site* dos Comitês PCJ, pelo [link](#). **d) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** Em seguida, foi informada a próxima reunião no âmbito dos plenários dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: 93ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), no dia 07/06/24, por videoconferência, e transmissão simultânea via *YouTube*, pelo [link](#). **e) Próxima reunião da CT-SA:** Por fim, informou sobre a próxima Reunião Ordinária da CT-SA, prevista para 06/06/24, às 9h00, por videoconferência. **8. Outros assuntos:** O Sr. Mateus questionou os membros sobre outros assuntos, não sendo solicitado por nenhum membro. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Mateus Bento Batista Arantes, coordenador da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Mateus Bento Batista Arantes
Coordenador da CT-SA

Patrícia Regina Ferreira Calegari
Coordenadora-adjunta da CT-SA